

Contrato para a aquisição da prestação de serviços de
"Caracterização de Sedimentos (2019) para o Projeto de
Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de
Setúbal" entre a APSS - Administração dos Portos de
Setúbal e Sesimbra, S.A., e o ISQ – Instituto de Soldadura
e Qualidade

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A doravante também designada por Entidade Adjudicante ou APSS, S.A., com sede social na Praça da República, Código Postal 2904-508 Setúbal, União de freguesias de Setúbal, concelho e distrito de Setúbal, com o número único de pessoa coletiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal 502 256 869 (quinhentos e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove), representada pela Senhora Doutora Maria Lúdia Ferreira Sequeira e o Senhor Engenheiro Carlos Alberto do Maio Correia, na qualidade, respetivamente, de Presidente e de Vogal do Conselho de Administração da APSS, S.A., outorgando nos termos da alínea a) do número um do artigo décimo segundo dos Estatutos da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e oito, barra, noventa e oito, de três de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, barra, dois mil e um, de vinte e quatro de dezembro e Decreto-Lei número quarenta e seis, barra dois mil e dois, de vinte e quatro de março, e Decreto-Lei número quinze barra dois mil e dezasseis, de nove de março, e,-----

SEGUNDO OUTORGANTE

ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade, doravante designado por Adjudicatário, com sede na Avenida Professor Doutor Cavaco Silva, número trinta e três, Tagus Park, Talaíde, 2740-120 Porto Salvo, concelho de Oeiras e distrito de Lisboa, com o número de pessoa coletiva 500 140 022 (quinhentos milhões, cento e quarenta mil e vinte e dois), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o mesmo número, representada pelo Senhor Engenheiro Luís Miguel Rodrigues Godinho, na qualidade de representante legal da referida empresa, com poderes para outorgar o presente contrato para a prestação de serviços de "Caracterização de Sedimentos (2019) para o Projeto de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Setúbal", conforme resulta da

**FILIPA PEDRO
ADVOGADA**

(Responsabilidade Limitada)

CP 54403L

Av José Malhoa, N.º 2 - 1.º Esc 110

1070-325 Lisboa

Tel 21 795 82 09

filipa.pedro-54403L@advooa.pt



certidão de registo comercial, pessoa cuja identidade foi reconhecida pela exibição do respetivo Cartão de Cidadão.

É, na sequência do procedimento sob a forma de consulta prévia autorizado pela deliberação do Conselho de Administração da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., número oitenta e dois, barra, dois mil e dezanove, CA, de sete de março de dois mil e dezanove, e adjudicada à referida empresa pela deliberação do Conselho de Administração da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., número cento e setenta, barra, dois mil e dezanove, CA, de nove de maio de dois mil e dezanove, e minuta do respetivo contrato aprovada através da mesma deliberação, celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas e condições seguintes:-----

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO DO CONTRATO

1.1. O Adjudicatário obriga-se, no prazo referido na cláusula segunda, à prestação de serviços para a **“Caracterização de Sedimentos (2019) para o Projeto de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Setúbal”**.-----

1.2. A prestação de serviços será realizada em conformidade com o Caderno de Encargos, incluindo Termos de Referência, e a Proposta Adjudicada e os respetivos esclarecimentos prestados pelo adjudicatário que fazem parte integrante do presente contrato e aqui se dão por inteiramente reproduzidos.-----

CLÁUSULA SEGUNDA

DURAÇÃO DO CONTRATO

O Adjudicatário obriga-se a executar os serviços objeto do presente contrato no prazo de 70 (setenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato ou da data em que a Entidade Adjudicante comunique por escrito ao Adjudicatário, comunicação esta que não pode exceder 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato.-----

CLÁUSULA TERCEIRA

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E GESTOR DO CONTRATO

3.1. A Entidade Adjudicante terá sempre o direito de fazer o acompanhamento do desenvolvimento da presente prestação de serviços que considere conveniente podendo, para o efeito, solicitar ao Adjudicatário todas as informações que considere necessárias.-----



3.2. A Entidade Adjudicante facultará ao Adjudicatário toda a informação relativa à prestação de serviços objeto do presente contrato e documentação que se revele necessária.-----

3.3. Toda a documentação facultada pela Entidade Adjudicante será, finda a prestação de serviços, de imediato devolvida pelo Adjudicatário, não podendo este proceder à sua divulgação, por qualquer forma ou meio, sem prévia autorização escrita da mesma.-----

3.4. O Gestor do Contrato é o Engenheiro Ernesto Santos Gião Carneiro, Diretor da Direção de Equipamento, Infraestruturas e Ambiente da Entidade Adjudicante. -----

CLÁUSULA QUARTA

PREÇO E MODO DE PAGAMENTO

4.1. Pela prestação de serviços objeto do presente contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do mesmo, a Entidade Adjudicante pagará ao Adjudicatário o valor de **EUR 30.085,00** (trinta mil e oitenta e cinco euros) a que acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.-----

4.2. Os pagamentos são efetuados na seguinte forma:-----

20% ou seja, **EUR 6.017,00** (seis mil e dezassete euros), com a adjudicação;-----

80% ou seja, **EUR 24.068,00** (vinte e quatro mil e sessenta e oito euros), com a entrega dos relatórios finais.-----

4.3. As faturas deverão ser emitidas e enviadas à APSS, S.A. - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Praça da República, 2904-508 SETÚBAL com o N.I.F. 502 256 869.-----

4.4. O pagamento será efetuado, por transferência bancária ou cheque, no prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação da respetiva fatura. A última fatura só deverá ser enviada após a aprovação do relatório de caracterização dos sedimentos.-----

CLÁUSULA QUINTA

PENALIDADES

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

a) Em caso de atraso no início ou na conclusão do estudo por facto imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual.-----

CLÁUSULA SEXTA

DEVER DE SIGILO

O Adjudicatário deve guardar sigilo quanto às informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.-----

CLÁUSULA SÉTIMA

CONTAGEM DE PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.-----

CLÁUSULA OITAVA

INTERPRETAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

8.1. Em caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula primeira, a prevalência é determinada pela seguinte ordem: Caderno de Encargos, Proposta Adjudicada, Esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Adjudicatário e, nos termos legais, clausulado do contrato.-----

8.2. Para os conflitos emergentes da celebração, execução, validade ou extinção do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada.-----

CLÁUSULA NONA

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO

Tudo o que não estiver expressamente previsto neste contrato e seus anexos será regulado pela legislação aplicável, nomeadamente pelo Código dos Contratos Públicos na sua atual redação.-----

O presente contrato tem como fontes de financiamento fundos próprios da APSS, S.A.-----

Pelo Adjudicatário foi declarado que aceita o presente contrato com todas as suas condições, de que tem inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obriga com renúncia expressa de quaisquer direitos em contrário.-----

Foi facultado o código de acesso à Certidão Permanente de Registo Comercial-----

Foram presentes e ficaram arquivados os seguintes documentos:-----

- O Caderno de Encargos;-----
- A Proposta Adjudicada;-----
- Declaração emitida segundo o Anexo II do Código dos Contratos Públicos;-----
- Certidão comprovativa de que o Adjudicatário tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;-----
- Certidão comprovativa de que o Adjudicatário tem a sua situação contributiva regularizada perante a Fazenda Nacional;-----
- Certificados de registo criminal do Adjudicatário e seus Administradores.-----

O presente termo de contrato está escrito em 5 (cinco) páginas, feito em dois exemplares, sendo cada um para cada um dos outorgantes atrás mencionados, sendo todas as páginas rubricadas pelos referidos outorgantes, à exceção da última, por conter as assinaturas.-----

Setúbal, aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove.-----

Lidil Sequeira

P. L. L.

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Luís Miguel Rodrigues Codinho

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade